

## SIMULADO II FASE OAB DIREITO PENAL 2007.1

### PEÇA PROFISSIONAL

O acusado Emílio foi condenado à pena de 4 (quatro) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em estabelecimento prisional de segurança máxima – regime decorrente da reincidência e da conduta social reprovável do acusado, que é possuidor de maus antecedentes criminais - nas sanções do art. 217, Código Penal brasileiro, por fato assim descrito na sentença condenatória: *“Prática crime de sedução o indivíduo experiente, com 25 (vinte e cinco) anos de idade, que se dedica a manter relações sexuais com mulheres virgens, envolvendo-se com adolescente e com ela mantendo conjunção carnal, desvirginando-a”*. Após o trânsito em julgado da decisão criminal em janeiro de 2005, foi deflagrada a fase de execução, vindo Emílio a ser recolhido à Penitenciária Local em 10.09.2006, com o fim de dar início ao cumprimento da reprimenda imposta. No estabelecimento penal, Emílio desempenha trabalho interno, auxiliando na higiene das unidades celulares da penitenciária, não existindo registros da prática de falta grave ou de qualquer conduta que cause subversão da ordem e da disciplina carcerária.

Na qualidade de advogado, apresente a medida mais eficaz em favor de Emílio.

### Questões Práticas

1. Tício e Caio, denunciados nas sanções do art. 121, CP, encontram-se presos preventivamente, por decisão do MM Juiz de Direito da 5ª Vara do Júri da Comarca de Jati-CE, o qual proferiu concluiu pela decretação da medida cautelar nos seguintes termos: *“Considerando o clamor público e a repercussão social da conduta imputada aos agentes na comunidade local, bem como a gravidade do crime, através do qual subtraíram os denunciados a vida da vítima Maria, decreto a prisão preventiva, com fundamento no art. 312, CPP, para garantia da ordem pública”*. Diante de tal situação: a) apresente a providência processual (e o respectivo aduzir) a ser adotado em favor de Tício perante o Tribunal de Justiça; b) caso Tício obtenha êxito em sua pretensão, indique a medida mais eficaz em favor de Caio.

2. Roberval foi condenado nas sanções do art. 213, CP, à pena de 6 anos de reclusão, em regime prisional inicialmente fechado. Inconformado, o defensor interpôs recurso de apelação, alegando violação ao art. 93, IX, CF/88, por ter o magistrado proferido “sentença-formulário”. Provido o citado inconformismo, o feito foi devolvido ao juiz singular, o qual repetiu o decreto condenatório, afirmando, desta feita, existirem circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu, concluindo pela aplicação de pena de 7 anos e 6 meses de reclusão. Na qualidade de advogado de Roberval, aponte a medida processual e o respectivo argumento de defesa em favor de Roberval.

3. Beto, em seu depoimento como testemunha de defesa em processo criminal em que figurava como réu seu vizinho, Carlos, ao ser indagado pelo juiz sobre questões relevantes acerca do fato delituoso ocultou algumas informações que poderiam também incriminá-lo, seguindo a orientação de seu advogado que já o havia alertado sobre perguntas dessa natureza. Beto cometeu algum delito? E seu advogado? Fundamente sua resposta, esclarecendo a questão relativa ao concurso de agentes no crime de falso testemunho.

4. Explique a aplicação do princípio da lesividade nos crimes contra a fé pública, esclarecendo também como se resolve a questão da utilização de um documento grosseiramente falsificado em um crime de estelionato.

5. Pedro e Antônio combinaram de praticar um roubo juntos, mas só Pedro estava armado com uma pistola devidamente municada, o que é do conhecimento de Antônio. No momento da execução do delito a vítima reage e Pedro decide disparar a arma contra ela, matando-a dolosamente. Assustados, eles fogem sem levar nada. Nesse caso, qual o enquadramento das condutas de Pedro e Antônio? Fundamente sua resposta.